



Práxis criadora e práxis reiterativa: uma proposta de análise para o jornalismo em transformação no contexto pós-industrial

Vanessa Hauser¹

Universidade Luterana do Brasil (Canoas/RS)

Resumo: O artigo propõe uma reflexão sobre a crise do jornalismo com base no conceito de *práxis*, questionando os limites da atividade dentro das redações tradicionais e a possibilidade de desnaturalização de pressupostos históricos da profissão no contexto das redes sociais digitais. O objetivo é transformar os conceitos de *práxis criadora* e *práxis reiterativa* em categorias de análise para apreender as transformações do jornalismo levando em conta os tensionamentos ao modelo tradicional de imprensa propostos pelo paradigma pós-industrial. Entende-se que esta reflexão, mais do que uma proposta metodológica para a compreensão do campo profissional, é relevante para pensar transformações na pesquisa em jornalismo, articulando-a, do ponto de vista epistemológico, à dialética. A proposta é um desdobramento da tese de doutorado defendida em 2017, em diálogo com a pesquisa desenvolvida no curso de jornalismo da Universidade Luterana do Brasil sobre coletivos de jornalismo criados e mantidos no Brasil. Sánchez Vazquez (1977), Heinrich (2011), Anderson, Bell e Shirky (2013), Primo (2011) e Deuze e Witschge (2018) são alguns dos autores mobilizados.

Palavras-chave: crise do jornalismo; práxis; jornalismo pós-industrial; pesquisa em jornalismo.

¹ Professora dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda na Universidade Luterana do Brasil. Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Email: hauservanessa@gmail.com.

1. Introdução

A tentativa de definir o que é o jornalismo e quais as suas fronteiras tem sido um desafio para muitos pesquisadores. Antes mesmo de ter sido possível resolver impasses epistemológicos nesse sentido, a internet e, mais especificamente as redes sociais digitais, provocaram mudanças que afetam a prática e, por isso, também os marcos teóricos e metodológicos do campo.

O jornalismo digital passa a ser, por isso, objeto de estudo preponderante. Resultado disso é a proliferação de pesquisas interessadas em investigar mudanças nas práticas, valores, modelos de negócio, plataformas, perfis profissionais e, inclusive, nas funções sociais da atividade jornalística. Descrever e analisar aquilo que muda é algo fundamental para a pesquisa, assim como é, acredita-se, o esforço teórico de compreender como esses movimentos operacionais impactam o campo do ponto de vista epistemológico.

Teoria e prática, como se sabe, devem estar em sintonia para que seja possível construir um conhecimento consistente. No entanto, este sempre foi um dilema para o jornalismo, pois, segundo Silva (2009, p. 209), do modo como a atividade vem sendo estudada, “a prática profissional engole a forma simbólica do fenômeno, por isso é tão difícil chegar à sua episteme”. Para Deuze e Witschge (2016, p. 8) “o jornalismo está em processo de tornar-se um tipo diferente de profissão” e, por isso, é preciso conceituá-lo “para além das antigas organizações jornalísticas” em torno das quais estavam asseguradas algumas questões práticas, econômicas e conceituais do campo profissional e científico.

Neste sentido, o objetivo deste artigo é transformar o conceito de práxis e seu desdobramento em práxis criadora e práxis reiterativa em categorias de análise para apreender as transformações do jornalismo. Leva-se em conta o fato de que o contexto pós-industrial provoca tensionamentos ao modelo tradicional de imprensa, do que resulta uma disputa entre reiteração e inovação: valores, pressupostos e práticas profissionais consolidados, mesmo não sendo permanentes, tem potencial para influenciar a constituição de um vir a ser do jornalismo (ANDERSON, BELL e SHIRKY, 2002).

Parte-se de uma perspectiva dialética, com ênfase no materialismo histórico, pois isso ajuda a olhar para o jornalismo do ponto de vista de sua potencialidade de realização na sociedade, bem como sobre a dimensão histórica de produção de conhecimentos a respeito de suas características. Deuze e Witschge (2016) argumentam que é preciso, agora, ver o jornalismo como um objeto em movimento. A tarefa não é, nesse sentido, definir o que ele é, mas o que ele poderá tornar-se. Mais do que isso, interessa refletir em que medida a pesquisa pretende salvar o jornalismo ou simplesmente tentar entender os tensionamentos que questionam sua legitimação e existência na sociedade.

2. O conceito de práxis, práxis criadora e práxis reiterativa

Engels (apud GORTARI, 1979, p.20) já dizia que “el universo no es un conjunto de cosas terminadas por completo, sino un complejo de procesos en el cual los objetos, aparentemente estables, paran por un cambio interrumpido de devenir y de caducidad”. Tal entendimento de mundo tem inspiração na filosofia de Hegel e sua razão contra hegemônica, negativa em relação a qualquer forma dominante e estável da existência. O “espírito da contradição” e da negação fundam, portanto, o método dialético hegeliano (MARCUSE, 1978).

Para Hegel, a razão humana é fruto de uma relação dialética entre sujeito e objeto, de modo que um tem a capacidade de modificar o outro.

A vida da razão aparece na luta contínua do homem para compreender o existente, transformando-o conforme a verdade compreendida. A razão, portanto, é essencialmente uma força histórica. Sua realização constitui um processo no mundo espaço-temporal e, em última análise, é a história total da humanidade. A palavra que designa a razão como história é Espírito (Geist): o mundo histórico considerado em relação ao progresso racional da humanidade – o mundo histórico que não é uma cadeia de atos e acontecimentos, mas uma luta incessante para adaptar o mundo às crescentes potencialidades da humanidade (MARCUSE, 1978, p. 23).

A essência do conhecimento, nesse processo, nada mais é do que a autoconsciência do homem sobre sua potencialidade diante das coisas. Isso não significa a inexistência do mundo objetivo e a supremacia das ideias. No entanto, para Hegel (apud MARCUSE, 1978), o mundo concreto só existe em relação direta com os usos dos homens, o que se

traduz em linguagem e trabalho. A potência desta relação é tão fundamental para o pensamento hegeliano, porque, segundo Marcuse (1978, p. 55), “a complacência com a realidade dada e a aceitação de suas relações fixas e estáveis torna o homem indiferente às potencialidades que, por não estarem ainda realizadas, não são dadas com a mesma certeza e estabilidade dos objetos dos sentidos”.

O pensamento de Hegel, reconfigurado pelo materialismo dialético de Karl Marx, provoca uma importante transformação epistemológica em torno da ideia de dialética, o que só é possível através da elaboração do conceito de práxis: “la ciencia [dialéctica] trata, así, de indagar las múltiples relaciones activas del universo en todas sus partes; pero sin pretender reducir esta interrelación a un sistema tal que cerrara el ciclo del conocimiento” (GORTARI, 1979, p. 18).

Ao apropriar-se criticamente da obra de Hegel, o primeiro movimento do marxismo é reconhecer que o processo de realização da liberdade como razão não é, ele mesmo, livre. “Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, [s./d.], p. 26) ou “aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção” (p. 19) são duas passagens que sintetizam a virada proposta pelo materialismo histórico. Marx compreende as condições concretas e materiais da realidade como condicionantes para a realização plena da liberdade humana e com as quais o homem entra em conflito no processo de produção de sua autonomia. Na dialética entre necessidade (mundo natural/objetivo) e liberdade (mundo humano/subjetivo), o homem produz a sua história e sua consciência no interior da práxis. O faz, segundo Genro Filho (1986), simultaneamente como um processo de identificação e diferenciação com relação ao mundo natural: ou seja, como apropriação de um mundo já dado e, ao mesmo tempo, livre para se autodeterminar através da história.

Disso resulta que a primeira forma de existência dos seres humanos é por meio da produção material de suas condições de sobrevivência. Daí deriva toda a consciência, todo o pensamento e, conseqüentemente, a linguagem e o conhecimento. “A produção das ideias, das representações e da consciência está, antes de mais nada, direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; é a linguagem da vida material” (MARX, 2001, p. 12).

O primeiro estágio da vida, o dado prévio, é que os homens devem poder viver para poder “fazer história”.

Mas, para viver, é preciso antes de tudo, beber, comer, morar, vestir-se, além de outras coisas. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, o que já constitui um fato histórico, uma condição fundamental de toda a história (MARX, 1982, p. 52).

A partir do trabalho que o homem faz seu primeiro movimento no mundo, suprindo suas necessidades de sobrevivência, produzindo sua própria vida. Por ser um trabalho consciente e não apenas instintivo, a práxis proporciona as condições para que os seres humanos criem novas necessidades – momento em que se dá a ruptura do homem com seu estado puramente natural. Esse é, para Marx, o primeiro fato histórico da humanidade. O terceiro estágio é o da reprodução dos seres humanos e de suas necessidades no seio da família, a primeira forma das relações sociais: “quando as necessidades acrescidas geram novas relações sociais e o aumento da população gera novas necessidades” (MARX, 1982, p 53).

A partir da complexificação dessas relações sociais é que a sociedade vai se desenvolvendo até chegar à forma capitalista: “segue-se, igualmente, que a massa das forças produtivas acessíveis aos homens determina o estado social, devendo-se, como consequência, estudar e elaborar incessantemente a história dos homens, em conexão com a história da indústria e da troca” (idem, ibidem, p. 54). Não é acaso, portanto, que a formulação de uma sociedade comunista passaria pela igualdade no acesso às condições materiais da vida, uma vez que isso determinaria as formas através das quais os sujeitos constituiriam sua autonomia e a própria sociedade. As determinações da história são, portanto, fundamentais para a dialética marxista ao passo que as categorias abstratas são, na visão de Marx (2001), igualmente resultado das condições históricas.

A formação do conceito de práxis, contudo, não pode ser desvinculada da ideia de prática. Segundo Sánchez Vazquez (2002, p. 148), a prática é:

o conceito de uma atividade que, ao colocar o homem em relação com o mundo, define o que é o homem, o que é o mundo para o homem, o que é propriamente o conhecimento do mundo e o que é a prática como caminho para a transformação não só do mundo, mas ainda do próprio homem, de suas relações e instituições.

O entendimento desse conceito facilita a compreensão da dialética entre teoria e prática para a formação da realidade humano-social e de todo o conhecimento que dela é derivado. Ou seja, não existe atividade prática sem teoria, assim como a atividade teórica, pura e simplesmente, contribui apenas para uma postura contemplativa da realidade. Nesse sentido, a práxis funciona como elemento mediador do pensamento idealista e materialista na filosofia e como uma das saídas possíveis para a desnaturalização de valores, práticas e processos sociais .

Kosik (1976, p. 202), afirma que a “práxis é a esfera do ser humano”. Para o autor, trata-se de um conceito fundamental da filosofia moderna, que coloca a dimensão criativa do homem como característica ontológica da realidade social. Nesse aspecto, polemiza com a tradição platônico-aristotélica, colocando em evidência os sujeitos como seres ontocriativos. Isso significa que:

A existência não é apenas enriquecida pela obra humana; na obra e na criação do homem – como em um processo ontocriativo – é que se manifesta a realidade, e de certo modo se realiza o acesso à realidade. Na práxis do homem advém algo essencial, que contém em si mesmo a própria verdade; não é mero símbolo de qualquer outra coisa, mas possui uma importância ontológica.

Portanto, para Kosik (1976), por ser ontocriativo, o homem cria e compreende a realidade humano-social simultaneamente – não apenas através da ação prática, mas também a partir de uma necessária elaboração teórica dessa realidade. Em última análise, a noção marxista de práxis representa o ideal dialético de que tudo está em constante movimento, ou seja, nada do mundo humano-social está dado de uma vez por todas.

Em um texto intitulado *Marxismo, Filosofia Profana*, Genro Filho (1986) observa que a noção de práxis assegura, de um lado, a possibilidade de uma verdade objetiva e, de outro, a necessidade da crítica revolucionária, ao mesmo tempo teórica e prática, no processo de invenção histórica que o homem faz de si mesmo. Tal reflexão evidencia, mais uma vez, a relação dialética que forja o conceito de práxis dentro do marxismo: como tese, a dimensão material da realidade que interfere na construção social do mundo humano pelo viés da necessidade (objetividade). Como antítese, a possibilidade de inventar um mundo para além das determinações objetivas; o homem supera a natureza

através do trabalho e cria possibilidades outras, naquilo que o marxismo entende como liberdade (subjetividade).

Surge daí a filosofia da práxis, pautada por uma dimensão revolucionária do conhecimento e sua atuação prática sobre a realidade, como “crítica das ideologias que tendem a conciliar o pensamento com o estado de coisas existente” (VÁZQUEZ, 2002, p. 174). Uma práxis revolucionária moverá e será movida por uma teoria vinculada à ação real. Do contrário, uma práxis reformista irá requerer uma teoria objetivista, conforme explica Sánchez Vázquez (1977). Por isso, entre as funções da filosofia da práxis, está o seu papel crítico.

Segundo Genro Filho (1986), Marx uniu a premissa materialista com o caráter ativo e criador da subjetividade humana, forjando um novo conteúdo para o conceito de práxis. Desse modo, a dialética deixa de realizar-se apenas no plano conceitual e passa a revelar a relação do homem com sua realidade objetiva – relação essa que se estabelece como contraditória, envolvendo um duplo movimento, que é de objetivação e subjetivação. Com base na primeira tese de Marx sobre Feuerbach, Sánchez Vázquez (2002) trata o conceito de práxis exatamente através desse movimento entre o mundo objetivo (realidade) e o mundo subjetivo (sujeito) – “como atividade orientada para a transformação de um objeto, como fim, traçado pela subjetividade consciente e atuante dos homens” (p. 168).

O autor descreve dois níveis possíveis através dos quais se pode desmembrar a ideia de práxis, “de acordo com o grau de penetração da consciência do sujeito ativo no processo prático [...]” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 1977, p. 245). Tem-se, portanto, de um lado, a práxis criadora, de cujo oposto complementar deriva a práxis imitativa ou reiterativa.

2.1 A práxis criadora

Considerada elemento determinante da autoprodução do homem, a práxis criadora representa o nível da inovação, cujo resultado são produtos únicos, o que permite “enfrentar novas necessidades e novas situações” na história (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 1977, p. 247). O processo, nesse caso, envolve uma dinâmica indissolúvel do sujeito e

do objeto, ou seja, entre a atividade da consciência (ideal e finalidades da práxis) e sua realização (materialidade), uma interferindo reciprocamente sobre a outra. Disso resulta, segundo Sánchez Vázquez (1977), uma imprevisibilidade do processo, pois ele vai se recriando ao longo do percurso.

A práxis é, por isso, essencialmente criadora. Entre uma e outra criação, como uma trégua em seu debate ativo com o mundo, o homem reitera uma práxis já estabelecida. Considerada em seu conjunto, assim como em suas formas específicas [...] a práxis se caracteriza por este ritmo alternado do criador e do imitativo, da inovação e da reiteração” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 1977, p. 248).

O conceito de práxis criadora assume centralidade no pensamento dialético à medida em que se coloca como eixo fundamental da relação epistemológica do homem com o mundo. De acordo com esta concepção, só é possível que as coisas sejam conhecidas ao passo que, de algum modo, são criadas. O conhecimento do mundo, portanto, não é um espelhamento da realidade ontológica, mas uma criação espiritual e intelectual, cujo processo pode ser compreendido com um dos modos de relação prática dos homens com a realidade (KOSIK, 2002).

O processo de criação, desse modo, caracteriza-se como processualidade que dinamiza ainda mais a existência humana (SANCHEZ VAZQUEZ, 1977), uma vez que a práxis criadora não resulta em uma série de atos materiais absolutamente coerentes com atos de consciência que planejaram esta materialidade. Nas palavras de Sanchez Vázquez (1977, p. 249, grifo nosso):

O que equivale a dizer que o subjetivo não é apenas ponto de partida do objetivo; não se oferece como um produto acabado da atividade subjetiva, já disposto a ser realizado – ou duplicado – objetivamente. A consciência estabelece – poderíamos dizer – uma finalidade aberta, ou um projeto dinâmico, e justamente por essa abertura ou dinamismo há de permanecer – também ela – aberta e ativa ao longo de todo o processo prático.

2.2 A práxis reiterativa

As soluções encontradas pela práxis criadora perduram no tempo a partir de sua capacidade de solucionar problemas colocados para a existência humana. São repetidas, naturalizadas, reiteradas. Entra em jogo a práxis reiterativa, cujo papel é determinante na organização das sociedades, a partir de sua capacidade de ampliar quantitativamente uma mudança qualitativa anteriormente produzida (SANCHEZ VAZQUEZ, 1977).

Ela é segura, pois os resultados materiais são muito mais previsíveis. O ideal já está fixado, funcionando como um modelo inflexível a ser imitado. Basta reproduzi-lo quantas vezes for necessário e o produto final será sempre o mesmo. Uma máquina pode ser considerada a imagem perfeita do que se entende por práxis reiterativa.

Não cria, não faz emergir uma nova realidade humana, e nisso reside sua limitação e sua inferioridade em relação à práxis criadora. Esse lado negativo, porém, não exclui um lado positivo que é, como acabamos de assimilar, ampliar o já criado. Mas, se o homem não fizesse mais do que repetir-se a si mesmo e o mundo, por sua vez, fosse para ele mera reiteração – um mundo de qualidades velhas e persistentes. Ou seja, se a atividade prática humana nada mais fizesse do que reiterar-se a si mesma, o homem não poderia permanecer como tal, já que é justamente o que o define, face ao animal, é sua historicidade radical, isto é, o fato de criar-se, formar-se, produzir-se a si mesmo mediante uma atividade teórico-prática que nunca se pode esgotar. Daí que por mais positiva que seja sua práxis reiterativa numa determinada circunstância, chega um momento em que tem que ceder caminho – no mesmo campo de atividade – a uma práxis criadora. Em virtude da historicidade fundamental do ser humano, o aspecto criador de sua práxis – concebida esta em escala histórica universal – é o determinante (SANCHEZ VAZQUEZ, 1977, p. 259).

De acordo com Moretzsohn (2007), a dialética de Lukács frui a partir da reflexão do filósofo sobre o cotidiano como lugar onde o homem produz respostas – através da práxis – para um sistema sempre mutável de necessidades. A função da arte e das ciências, para ele, não seria outra se não realizar a mediação entre situações previsíveis e a melhor maneira de enfrenta-las. “Porém, logo que se incorporam ao cotidiano, essas mediações se apagam, tornam-se naturais, parte da rotina” (MORETZSOHN, 2007, p. 53),

pois o cotidiano é, entre outras coisas, marcado por uma relação de imediaticidade entre pensamento e ação. Um lugar, portanto, onde vigora a naturalização da práxis criadora. Esse processo, entre outras coisas, necessário para que o ritmo da sociedade funcione. A reiteração constante leva, no entanto, a um entendimento do mundo como algo evidente, de puras repetições, as quais não podem ou não devem ser questionadas.

Groth (2011) contribui ao debate utilizando o jornalismo como exemplo. O autor defende que o jornalismo é uma obra cultural marcada pelo sentido de teleologia, atentando para o fato de que as obras culturais, mesmo sendo criações dos homens, têm potencial de objetivar-se diante deles. “Com isso, a relação do ser humano com as suas formações se inverte: o que ele criou age sobre ele” (idem, *ibidem*, p. 98). Por isso, ainda que sejam entendidas como imateriais, como ideias e valores, as criações da cultura têm na sua materialidade a concretização de uma ideia que é ali depositada e que, em certo sentido, se desprende dos sujeitos.

3. Práxis como metodologia: por quê?

A utilização dos conceitos de práxis criadora e práxis reiterativa foram mobilizadas a partir de um interesse em compreender aquilo que o jornalismo pode vir a ser e em que medida os pressupostos históricos da profissão, consolidados dentro de uma lógica industrial, tem potencial para influenciar os modelos futuros. A pesquisa de campo realizada para a tese de doutorado nos jornais El País (Madrid), Folha de S.Paulo (São Paulo) e Zero Hora (Porto Alegre) permitiu materializar a aplicação destas categorias e perceber que o jornalismo passa por um momento de experimentação dentro das redações consideradas tradicionais. Neste processo, antigas práticas são desnaturalizadas e abrem caminho para novos modos de fazer.

Além disso, categorização das entrevistas através dos conceitos de reiteração e criação ajudaram a elucidar que a disputa pelo “futuro do jornalismo” se dá – de forma mais enfática – na defesa de valores e princípios sustentados historicamente, muito mais do que no reconhecimento das possibilidades. No campo das dúvidas e das experimentações, o que sobressai é a tentativa de recuperar a solidez da profissão e sua importância no contexto das redes sociais digitais. Há menos criação. Obviamente, num contexto de

grandes empresas de mídia, que precisam se sustentar enquanto um negócio, é natural encontrar mais resistência à mudança. Se a busca fosse realizada em empreendimentos alternativos, como a Agência Pública, por exemplo, que funciona via financiamento coletivo, talvez fosse possível encontrar mais indícios de inovação e criação. Percebeu-se, portanto, que a práxis reiterativa e a práxis criadora podem servir como categorias metodológicas também para pensar o jornalismo que está sendo produzido no contexto pós-industrial, através de modelos alternativos de imprensa.

A ideia de práxis mostra-se promissora do ponto de vista metodológico quando vinculada ao uso da entrevista como recurso para a coleta dos dados a serem analisados. A ida à redação – num processo metodológico também inspirado na etnografia – envolve a observação das redações que, num momento de incertezas, não apenas reproduzem um trabalho naturalizado, mas o refletem e reelaboram constantemente, com vistas a um projeto futuro de jornalismo ainda em aberto. Tal entendimento vai ao encontro do que é defendido por Marocco (2012), com base em Giddens (2009) e Bourdieu (2006), sobre a entrevista como um procedimento metodológico que dá acesso “às formas materiais de expressão da atividade através de uma descrição familiar” (2012, p. 241), de modo que deixar o jornalista elaborar discursivamente a sua prática seria a melhor forma de compreendê-la. Aplicada ao contexto específico da pesquisa realizada, essa estratégia funcionou para apreender indícios daquilo que os jornalistas compreendem sobre o momento atual da profissão, marcado pela ideia de crise, bem como as limitações e potencialidades que isso impõe na elaboração constante da atividade.

Nas entrevistas, por exemplo, os jornalistas entrevistados – 12, no total – foram questionados sobre a crise do jornalismo e os valores da profissão que eles consideram mais pertinentes. Percebeu-se, ao final, um processo de recuperação de valores que não necessariamente são executados pelos jornais em questão, como é o caso do apego dos jornalistas à ideia de democracia. Sabe-se que, historicamente, a imprensa teve um papel importante na configuração política brasileira – e não necessariamente pelo viés democrático. Por isso, conclui-se que a crise faz ressurgir um discurso sobre o jornalismo muito mais pautado por sua idealização do que, efetivamente, pela sua realização prática.

Acredita-se ser possível defender que os discursos sobre a crise coletados nas redações não se tratam, apenas, de uma visão ingênua e autoritária sobre o campo. Eles também buscam formas de, no seio de sua negação e conflituosidade, revelar aspectos mais complexos da atividade, defendendo a recuperação de sua profundidade, capacidade crítica e mediadora como condição essencial para que a profissão sobreviva à sociedade em rede. Isso tudo sem perder de vista, em última análise, a ideia de que o jornalismo possa concretizar-se como uma forma social de produção de conhecimento, muito embora isso não seja expresso literalmente na fala dos entrevistados.

Anderson, Bell e Shirky (2013, p. 32), afirmam, nesse sentido, que mesmo que os modos de produção do jornalismo mudem em relação às tecnologias disponíveis, a distinção entre o jornalismo e outra atividade comercial qualquer é a produção de *hard news*. “Acreditamos que o papel do jornalista – como porta voz da verdade, formador de opinião e intérprete – não pode ser reduzido a uma peça substituível para outro sistema social; jornalistas não são meros narradores de fatos”. Tal afirmação é, em primeiro lugar, uma chamada ao resgate do jornalismo investigativo, mas também representa, em certo sentido, a ideia de que o jornalismo só tem valor quando auxilia os sujeitos na sua autoprodução histórica, fornecendo subsídios informativos para o desenvolvimento pleno da ideia de práxis, ou seja, a sociedade que reflete criticamente sobre si, ao mesmo tempo em que vai se constituindo e se transformando.

Ainda que defenda a restauração de valores ideais do jornalismo, os autores apontam uma incompatibilidade entre o que chamam de velhos padrões e novas oportunidades para o exercício da profissão. Os veículos de comunicação tradicionais, em sua grande maioria, tenderam a preservar tanto métodos de trabalho como hierarquias, mesmo com o colapso dos modelos de negócio. “Em entrevista após entrevista com representantes da imprensa tradicional focados no digital, constatamos a frustração causada por velhos processos” (ANDERSON, BELL; SHIRKY, 2013, p. 32). A reestruturação de modelos e processos organizacionais, bem como a redução no custo de produção das notícias, são apontados como elementos essenciais, caso as instituições jornalísticas atuais queiram manter a sua relevância.

Ao lado das grandes instituições com interesse em manter sua habilidade e relevância, tem-se aquilo que é considerado jornalismo independente ou alternativo em relação

ao modelo tradicional de imprensa. Percebe-se, nesses casos, que a práxis criadora e a práxis reiterativa podem ser chaves importantes na compreensão de práticas e valores que são mantidos e/ou valorizados por novas organizações jornalísticas. Isso permitiria, em última análise, apreender o que poderá permanecer do jornalismo que se conheceu até agora num futuro ainda incerto. Parte-se da ideia de que a potencialidade do jornalismo, no futuro, não está desvinculada de uma perspectiva histórica. “Se a humanidade começasse sempre do princípio e se toda ação fosse destituída de pressupostos, a humanidade não avançaria um passo e a sua existência se escoaria no círculo da periódica repetição de um início absoluto e de um fim absoluto” (KOSIK, 2002, p. 238). Henn (2014, s.p.) também contribui com esse debate ao afirmar que

...o parâmetro de permanência, muito forte em sistemas que historicamente consolidam potência organizacional para fazer frente à entropia eminente, entra em ação nos momentos críticos em que o sistema reorganiza-se transformado, mas mantendo alguns núcleos de sua identidade. Pensa-se que o jornalismo, dados a sua história, os fundamentos culturais e sociais que o legitimam e sua faceta empresarial arraigada nos poderosos conglomerados de mídia, tem um conjunto de elementos de grande fôlego para transmutar-se nesse processo crítico e continuar sendo jornalismo.

Como transformar o jornalismo sem perdê-lo? Como redefinir o campo? Revolucionar-se seria admitir a perda da hegemonia para contar o presente? Em que medida a ideologia das redações tradicionais ainda é preponderante na pesquisa em jornalismo com relação aos modelos independentes de imprensa?

Percebeu-se, ao final do percurso de escrita da tese, que o conceito de crise do jornalismo se estabelece precisamente nesse vazio entre uma práxis reiterativa desnaturalizada e uma práxis criadora que possa solucionar os desafios da atividade no contexto das redes digitais. O jornalismo está em suspensão. O vazio é, paradoxalmente, um espaço cheio de possibilidades – no qual o jornalismo poderá ser reinventado. Em que parâmetros?

A fala do cronista Martín Caparrós, publicada pelo jornal El País, sintetiza de forma elucidativa o processo, ao encarar a crise como uma possibilidade de renovação: “¿La crisis del periodismo? Las crisis sirven para que las cosas cambien. Hace veinticinco años nadie se preguntaba por nuestro porvenir. El nerviosismo actual sobre el oficio en

realidad es un estado de alerta que abre muchas posibilidades” (apud CRUZ, 10 mai. 2014). Groth (2011) já dissera que o jornalismo, enquanto obra cultural, possui um sentido teleológico orientado pelas intenções (finalidades atribuídas) e trabalho humano. Toda obra cultural é dotada de um sentido, que se caracteriza por conter uma disposição, uma tendência, que nunca é realizada completamente. Cabe ao diálogo entre teoria e prática, bem como à reflexão epistemológica sobre o campo, encontrar condições para que o jornalismo se realize, no futuro, efetivamente como uma forma de produção social de conhecimento (GENRO FILHO, 1989), se é que ele terá condições de sobreviver.

4.Considerações finais

O jornalismo vive um momento de suspensão, marcado pelo questionamento de suas práticas e de sua função social. Como saída, vê-se, dentro das redações, a experimentação de alternativas e a tentativa de reiterar padrões e valores do passado. A criação, no sentido de novas práticas já em processo de naturalização, aparece de forma mais tímida. Ao mesmo tempo, novos projetos surgem constantemente, questionando os padrões tradicionais e explorando as potencialidades que a internet oferece para a produção de notícias e reportagens de forma independente. O que separa o modelo tradicional e lucrativo de jornalismo e o futuro ainda em aberto é um vazio marcado pelo discurso de crise, resistência e inovação.

Se antes a notícia dependia, como qualquer outra mercadoria, dos donos dos meios de produção, nas palavras de Primo (2011, p. 131) hoje “a informação se desgarrar do imperativo industrial. É através da potencialização da comunicação, dos afetos, do trabalho voluntário, dos movimentos de colaboração e das interações em redes que o jornalismo vai se transformando no contexto da cibercultura”.

A metáfora da fábrica é rica para pensar o momento atual do jornalismo, marcado pela perda da hegemonia na produção de informações. Tão produtivo quanto é o contexto para questionar o que se mantém e como se reinventará a profissão imbuída do sentido de uma fábrica de notícias que “embora historicamente condicionada pelo capitalismo, apresenta potencialidades que ultrapassam esse modo de produção” (GENRO FILHO, 2012, p.10).

Dentro ou fora da fábrica, são os jornalistas que irão elaborar o jornalismo do futuro. Por isso, perceber como eles compreendem e o que dizem sobre sua prática cotidiana parece ser fundamental. Espera-se ter esclarecido porque o conceito de práxis, práxis criadora e práxis reiterativa fizeram-se pertinente para o entendimento, ainda que limitado, de tal problemática, especialmente no sentido de marcar um ponto de vista crítico para a compreensão do que a profissão está se tornando ou poderá tornar-se no contexto digital.

Referências

ANDERSON, C.W; BELL, Emily; SHIRKY, Clay. Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos. **Revista de Jornalismo ESPM**, São Paulo, n.5, abr.-jun. 2013.

CRUZ, Juan. ¿Podemos ser periodistas? **El País**, Madrid, 03 jul. 2014. Opinión. Disponível em: <http://elpais.com/elpais/2014/07/03/opinion/1404389500_906956.html>. Acesso em: 10 jan. 2017.

DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. O que o jornalismo está se tornando. **Revista Parágrafo**. Mestrado Profissional em Jornalismo da Fiamfaam, v.4, n.2, 2016. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/478>>. Acesso em: 10 de jul. 2018.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

_____. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Ortiz, 1989.

_____. **Marxismo, filosofia profana**. Porto Alegre: Tchê!, 1986.

GORTARI, Eli de. **Introducción a la lógica dialéctica**. México: Grijalbo, 1979.

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido**: fundamentos da ciência dos jornais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

HENN, Ronaldo. **El cibercontecimiento**: producción y semioses. Barcelona: Editorial UOC e InconUAB, 2014

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MARCUSE, Herbert. **Razão e revolução**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1978.

MAROCCO, Beatriz. **O jornalista e a prática: entrevistas**. São Leopoldo (RS): Editora Unisinos, 2012.

MARX, Karl. **Sociologia**. Organização: Octavio Ianni. Coordenação: Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1982. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

MARX, Karl; ENGELS, Friderich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes e Lisboa (Portugal): Editorial Presença, [s./d.], v.1.

_____. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos: jornalismo e cotidiano, do senso comum ao senso crítico**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

PRIMO, Alex. Transformações no jornalismo em rede: sobre pessoas comuns, jornalistas e organizações; blogs, Twitter, Facebook e Flipboard. **Intexto**, Porto Alegre, v. 02, n. 25, p. 130-146, 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/intexto/article/viewFile/24309/14486>>. Acesso em: 4 set. 2015.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Filosofia e circunstâncias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SILVA, Gislene. De que campo do jornalismo estamos falando? **Revista Matrizes**, São Paulo, n.1, ago./dez, 2009, p. 197-212. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/viewFile/38248/41038>>. Acesso em: 10 abr. 2014